

Decreto fixa arbitragem para contratos públicos de infraestrutura

Foi publicada nesta segunda-feira (23/9) no [Diário Oficial da União](#) o decreto que regulamenta a arbitragem como método para resolver litígios que envolvam a administra o pública federal nos setores portuário e de transporte rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroportuário.

Divulga o Codesp



Contratos do setor portuário são abarcados pelo decreto publicado na *Diário Oficial*
Divulga o Codesp

O decreto determina que poderão ser submetidas   arbitragem as controvérsias sobre direitos patrimoniais disponíveis. Entre elas, as questões relacionadas   recomposi o do equilíbrio econ mico-financeiro dos contratos, o cálculo de indeniza es decorrentes de extin o ou de transferência do contrato de parceria e o inadimplemento de obriga es contratuais por quaisquer das partes, incluídas a incidência das suas penalidades e o seu cálculo.

As arbitragens terão que ocorrer no Brasil e em língua portuguesa. O processo será público, exceto os trechos que tiverem segredos industriais e comerciais, ou que sejam sigilosos pela legisla o brasileira. A câmara arbitral deve estar previamente credenciada pela Advocacia-Geral da União.

[Decreto 10.025/2019](#)